



ACÓRDÃO

PROC Nº 89/03

NA CÂMARA DO CÍVEL E ADMINISTRATIVO DO TRIBUNAL SUPREMO, ACORDAM, EM CONFERÊNCIA, EM NOME DO POVO:

NESTA CÂMARA, [REDACTED], casado, residente na rua [REDACTED], Bairro [REDACTED], portador do B.I. [REDACTED], passado pelo Arquivo de Identificação de Luanda, vem propor e fez prosseguir acção especial de revisão e confirmação de sentença estrangeira, em que é requerida [REDACTED], residente na Rua [REDACTED] - Portugal, pedindo a procedência da acção.

Para sustentar a sua pretensão fundamentou-a, em síntese, nos seguintes termos:

Por sentença proferida na acção de divórcio por mútuo consentimento, registado sob o n.º [REDACTED] que correu termos na 1ª secção do 4º Juízo do Tribunal da Comarca de Sintra-Portugal, foi decretado o divórcio.

A referida decisão transitou em julgado no dia 20 de Junho de 1988.

Juntou aos autos, entre outros documentos, a certidão de assento de casamento, o acordo sobre o exercício do poder paternal, bem como cópia da sentença revidenda, (fls. 3 a 8).

Ordenada a citação da requerida, por carta registada com aviso de



recepção (fls. 17), esta, por seu turno, deduziu oposição, onde alegou nada opor ao pedido formulado pelo requerente, (fls. 20).

Notificado o requerente para apresentar as suas alegações, este requereu, no prazo concedido, apenas o prosseguimento dos autos.

Remetidos os autos para o Digno Magistrado do Mº Público, este pugna pela procedência do pedido.

Correram vistos legais.

Tudo visto e ponderado cumpre decidir.

Dos documentos juntos aos autos resulta provado o seguinte:

O requerente e a requerida contraíram matrimónio em 06/01/1976.

Por sentença proferida em 20 de Maio de 1988, na 1ª Secção do 4º Juízo do Tribunal Judicial de Sintra, foi decretado o divórcio de mútuo consentimento entre as partes, por se acharem reunidos os requisitos legais, declarando-se dissolvido o seu casamento.

No caso em apreço estão reunidas as condições legais de viabilidade do pedido, não se lhe opondo qualquer princípio de ordem pública, porquanto não ofende as regras aplicáveis à ordem pública Angolana, nem as regras jurídicas do Código de Família.

O Tribunal é o competente, não foi invocada a excepção de litispendência ou qualquer outra excepção que obste ao conhecimento do pedido.

O julgador aplicou as disposições do Código Português, por ser a comum dos cônjuges, não existem dúvidas sobre a autenticidade do



documento de que consta a sentença, nem sobre a inteligência da decisão.

A sentença transitou em julgado segundo a legislação do País em que foi proferida.

Inexistem dúvidas sobre a autenticidade da fotocópia da sentença, sobre que incide a revisão, daí que somos a afirmar estarem reunidos os requisitos legais para o seu reconhecimento e consequente confirmação, de acordo com o disposto nas alíneas f) e g) do art.º 1096º do Código de Processo Civil.

Decisão:

Nestes termos e fundamentos acordam os desta Câmara em conceder provimento ao pedido de Revisão da Sentença Estrangeira proferida pela 1ª Secção do 4º Juízo da Comarca de Sintra-Portugal, confirmando-a para todos os efeitos legais, declarando-se dissolvido por mútuo consentimento o casamento celebrado entre o requerente e a requerida.

Comunique-se à Conservatória dos Registos Centrais.

Custas a cargo do requerente e procuradoria a favor do Cofre Geral de Justiça que vai fixada em Kz. 50.000,00 (Cinquenta mil Kwanzas).

Luanda, 6 de Junho de 2008.

Teresa Buta João
André Silva Neto
Joaquina do Nascimento



Tribunal Supremo